

7 – RELACIONAMENTO FINANCEIRO COM ESTADOS E MUNICÍPIOS

7.1 – Missões Técnicas aos Estados e Municípios

Com o intuito de conhecer em detalhes da situação atual do Estado e realizar projeções factíveis para os anos seguintes, bem como colher informações que servirão de base para a elaboração ou revisão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal e para a verificação de metas do ano de 2001, no decorrer do ano de 2002 a COREM realizou 26 missões técnicas aos Estados, conforme o Quadro abaixo:

MISSÕES TÉCNICAS REALIZADAS

PERÍODO	UF	FINALIDADE
18.03.02 a 20.03.02	MA	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2001 e atualizar o Programa de Ajuste para 2002-2004
18.03.02 a 20.03.02	RS	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2001 e atualizar o Programa de Ajuste para 2002-2004
25.03.02 a 27.03.02	RJ	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2001 e atualizar o Programa de Ajuste para 2002-2004
08.04.02 a 10.04.02	PA	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2001 e atualizar o Programa de Ajuste para 2002-2004
10.04.02 a 12.04.02	MT	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2001 e atualizar o Programa de Ajuste para 2002-2004
15.04.02 a 17.04.02	SC	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2001 e atualizar o Programa de Ajuste para 2002-2004
17.04.02 a 19.04.02	CE	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2001 e atualizar o Programa de Ajuste para 2002-2004
02.05.02 e 03.05.02	DF	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2001 e atualizar o Programa de Ajuste para 2002-2004
06.05.02 a 08.05.02	PE	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2001 e atualizar o Programa de Ajuste para 2002-2004
08.05.02 a 10.05.02	RO	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2001 e atualizar o Programa de Ajuste para 2002-2004
13.05.02 a 15.05.02	SP	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2001 e atualizar o Programa de Ajuste para 2002-2004
15.05.02 a 17.05.02	BA	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2001 e atualizar o Programa de Ajuste para 2002-2004
20.05.02 a 22.05.02	MG	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2001 e atualizar o Programa de Ajuste para 2002-2004
20.05.02 a 22.05.02	RN	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2001 e atualizar o Programa de Ajuste para 2002-2004
27.05.02 a 29.05.02	GO	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2001 e atualizar o Programa de Ajuste para 2002-2004
27.05.02 a 28.05.02	RJ	Complementar informações com vistas a permitir atualização do Programa de Ajuste para 2002-2004
27.05.02 a 29.05.02	PI	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2001 e atualizar o Programa de Ajuste para 2002-2004
03.06.02 a 05.06.02	AL	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2001 e atualizar o Programa de Ajuste para 2002-2004
10.06.02 a 12.06.02	ES	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2001 e atualizar o Programa de Ajuste para 2002-2004
10.06.02 a 12.06.02	SE	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2001 e atualizar o Programa de Ajuste para 2002-2004
17.06.02 a 19.06.02	AC	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2001 e atualizar o Programa de Ajuste para 2002-2004
19.06.02 a 21.06.02	PB	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2001 e atualizar o Programa de Ajuste para 2002-2004
24.06.02 a 26.06.02	PR	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2001 e atualizar o Programa de Ajuste para 2002-2004
26.06.02 a 28.06.02	MS	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2001 e atualizar o Programa de Ajuste para 2002-2004
08.07.02 a 10.07.02	RR	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2001 e atualizar o Programa de Ajuste para 2002-2004
10.07.02 a 12.07.02	AM	Verificar o cumprimento de metas do Programa de 2001 e atualizar o Programa de Ajuste para 2002-2004

Fonte: MF/STN/COREM

7.2 – Programas/Reprogramas

O Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal constitui parte integrante do Contrato de Refinanciamento de Dívidas cuja atribuição é estabelecer as metas fiscais que proporcionarão a viabilidade financeira do Estado em determinado período. As revisões periódicas desse documento dão origem aos Reprogramas. No ano de 2002 foram elaborados os seguintes Reprogramas como demonstrado no Quadro:

REPROGRAMAS

ESTADO	DESCRIÇÃO	POSIÇÃO
AC	Reprograma de Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2002-2004	Revisado em 29.11.2002
AL	Reprograma de Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2002-2004	Revisado em 14.06.2002
AM	Reprograma de Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2002-2004	Revisado em 04.10.2002
BA	Reprograma de Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2002-2004	Revisado em 29.12.2002
CE	Reprograma de Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2002-2004	Revisado em 23.09.2002
DF	Reprograma de Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2002-2004	Revisado em 29.12.2002
ES	Reprograma de Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2002-2004	Revisado em 29.11.2002
GO	Reprograma de Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2002-2004	Revisado em 29.11.2002
MA	Reprograma de Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2002-2004	Revisado em 04.10.2002
MT	Reprograma de Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2002-2004	Revisado em 23.08.2002
MS	Reprograma de Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2002-2004	Revisado em 29.11.2002
PA	Reprograma de Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2002-2004	Revisado em 06.11.2002
PB	Reprograma de Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2002-2004	Revisado em 25.09.2002
PE	Reprograma de Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2002-2004	Revisado em 06.11.2002
PI	Reprograma de Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2002-2004	Revisado em 06.09.2002
RN	Reprograma de Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2002-2004	Revisado em 28.08.2002
RS	Reprograma de Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2002-2004	Revisado em 29.11.2002
RO	Reprograma de Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2002-2004	Revisado em 06.11.2002
SE	Reprograma de Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2002 – 2004	Revisado em 07.11.2002

Fonte: MF/STN/COREM

7.3 – Cumprimento das Metas dos Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados e Distrito Federal

Uma vez estabelecidos os Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal, o cumprimento das metas estabelecidas para cada ano é avaliado. Assim, ao longo de 2002, a STN efetuou as avaliações descritas abaixo:

AVALIAÇÃO DAS METAS

ESTADO	POSIÇÃO
AC	Nota Técnica nº 955, de 05.09.2002 (Metas 2001)
AL	Nota Técnica nº 1.412, de 23.12.2002 (Metas 2001)
AM	Nota Técnica nº 1.062, de 08.10.2002 (Metas 2001)
BA	Nota Técnica nº 951, de 05.09.2002 (Metas 2001)
CE	Nota Técnica nº 957, de 05.09.2002 (Metas 2001)
DF	Nota Técnica nº 952, de 05.09.2002 (Metas 2001)
ES	Nota Técnica nº 954, de 05.09.2002 (Metas 2001)
GO	Nota Técnica nº 1.126, de 17.10.2002 (Metas 2001)
MA	Nota Técnica nº 961, de 05.09.2002 (Metas 2001)
MG	Nota Técnica nº 1.435, de 27.12.2002 (Metas 2001, avaliação final)
MS	Nota Técnica nº 1.231, de 07.11.2002 (Metas 2001)
MT	Nota Técnica nº 1.032, de 30.09.2002 (Metas 2001)
PA	Nota Técnica nº 956, de 05.09.2002 (Metas 2001)
PB	Nota Técnica nº 1.237, de 07.11.2002 (Metas 2001) com <i>Waiver</i> para as metas 2 e 6.
PE	Notas Técnicas nº 960, de 05.09.2002 (Metas 2001)
PI	Nota Técnica nº 974, de 06.09.2002 (Metas 2001) com <i>Waiver</i> para as metas 2, 5 e 6
PR	Nota Técnica nº 1299, de 22.11.2002 (Metas 2001)
RJ	Nota Técnica nº 958, de 05.09.2002 (Metas 2001)
RN	Notas Técnicas nº 959, de 05.09.2002 (Metas 2001)
RO	Nota Técnica nº 1.114, de 16.10.2002 (Metas 2001)
RR	Nota Técnica nº 1.437, de 27.12.2002 (Metas 2001, avaliação final)
RS	Nota Técnica nº 953, de 05.09.2002 (Metas de 2001)
SC	Nota Técnica nº 910, de 22.08.2002 (Metas 2001) com <i>Waiver</i> para as metas 2, 5 e 6
SE	Nota Técnica nº 1.308, de 27.11.2002 (Metas 2001)
SP	Nota Técnica nº 1.115, de 16.10.2002 (Metas 2001)

Fonte: MF/STN/COREM

7.4 – Cálculo dos Valores de Entrega da Lei Complementar Nº 102/00

Em 2002, foram realizados os cálculos para determinar os montantes das transferências financeiras da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios, de acordo com o disposto no Anexo à Lei Complementar nº 102/00. Como resultado destes cálculos foram transferidos os valores abaixo detalhados por Estado (incluindo a cota parte dos Municípios).

Em cada mês foram elaboradas a memória de cálculo e a Portaria de divulgação daquela distribuição. As memórias de cálculo foram remetidas para o Tribunal de Contas da União, conforme o disposto no subitem 4.1 do Anexo da Lei Complementar nº 102/00. Para dar maior publicidade às informações produzidas, as memórias de cálculo e as Portarias foram disponibilizadas na página da STN na Internet.

VALORES ENTREGUES DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº102/00 – 2002 (EM R\$)

UF	ESTADO	MUNICÍPIOS	TOTAL
ACRE	2.698.854,96	899.618,28	3.598.473,24
ALAGOAS	24.908.083,32	8.302.694,40	33.210.777,72
AMAPÁ	12.049.984,20	4.016.661,36	16.066.645,56
AMAZONAS	29.878.316,40	9.959.438,76	39.837.755,16
BAHIA	110.179.330,20	36.726.443,40	146.905.773,60
CEARÁ	48.285.609,84	16.095.203,28	64.380.813,12
DISTRITO FEDERAL	32.006.411,76	-	32.006.411,76
ESPÍRITO SANTO	126.384.910,68	42.128.303,52	168.513.214,20
GOIÁS	39.567.395,40	13.189.131,72	52.756.527,12
MARANHÃO	49.767.549,24	16.589.183,04	66.356.732,28
MATO GROSSO	57.536.539,92	19.178.846,64	76.715.386,56
MATO GROSSO DO SUL	36.600.848,64	12.200.282,88	48.801.131,52
MINAS GERAIS	382.539.565,56	127.513.188,48	510.052.754,04
PARÁ	129.360.943,68	43.120.314,48	172.481.258,16
PARAÍBA	8.522.855,88	2.840.951,88	11.363.807,76
PARANÁ	298.894.627,68	99.631.542,60	398.526.170,28
PERNAMBUCO	44.041.672,32	14.680.557,48	58.722.229,80
PIAUI	8.942.328,60	2.980.776,12	11.923.104,72
RIO DE JANEIRO	173.867.148,72	57.955.716,24	231.822.864,96
RIO GRANDE DO NORTE	10.735.537,44	3.578.512,44	14.314.049,88
RIO GRANDE DO SUL	297.765.164,04	99.255.054,72	397.020.218,76
RONDÔNIA	7.393.095,72	2.464.365,24	9.857.460,96
RORAIMA	1.133.613,96	377.871,24	1.511.485,20
SANTA CATARINA	106.463.365,08	35.487.788,28	141.951.153,36
SÃO PAULO	923.189.816,76	307.729.938,84	1.230.919.755,60
SERGIPE	7.425.704,88	2.475.234,96	9.900.939,84
TOCANTINS	2.333.928,48	777.976,20	3.111.904,68
TOTAL	2.972.473.203,36	980.155.596,48	3.952.628.799,84

Fonte: MF/STN/COREM

7.5 – Análise da Capacidade de Pagamento

No período em questão foram feitas 27 análises de capacidade de pagamento, sendo doze de Municípios e quinze de Estados. Segue abaixo a listagem dos Estados e Municípios que tiveram analisados suas capacidades de pagamento para concessão de garantia a novos empréstimos.

ANÁLISES DE CAPACIDADE DE PAGAMENTO REALIZADAS

BENEFICIÁRIO	NOME DO PROJETO	AG. FINANC.	NOTA TÉCNICA Nº
Estado do Acre	Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre	BID	282, de 22.03.02
Estado de Alagoas	Programa de Combate a Pobreza Rural e Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste	BIRD e BNB	669, de 20.06.02
Estado da Bahia	Sistema estadual de saúde	BIRD	369, de 05.04.02
Estado da Bahia	Viver Melhor II	BIRD	1.403, de 19.12.02
Estado do Ceará	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – Prodetur II	BNB	711, de 01.07.02
Estado do Ceará	Programa de Saneamento Básico do Ceará II	KFW	1.324, de 03.12.02
Distrito Federal	Equipamentos para o Corpo de Bombeiros Militar do DF	Banco do Brasil	613, de 07.06.02
Estado de Minas Gerais	Aquisição de Créditos detidos pela CEMIG, decorrentes da Conta de Resultados a Compensar – CRC	BNDES	1.191, de 30.10.02
Estado do Pará	Programa de Transferências para o Desenvolvimento Municipal e Melhoria da Infra-estrutura Regional do Estado do Pará – PARÁ URBE	BID	240, de 11.03.02
Estado do Paraná	Programa Paraná Urbano II	BID	666, de 19.06.02
Estado de Pernambuco	PROMETRÓPOLE	BIRD	615, de 07.06.02
Estado de Pernambuco	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste -PRODETUR I	BNB	694, de 26.06.02
Estado do Rio Grande do Norte	Esgotamento Sanitário da cidade de Natal	KFW	1.323, de 03.12.02
Estado de Rondônia	Programa de Gerenciamento da Malha Rodoviária	BID/CAF	260, de 13.03.02
Estado de Tocantins	Infra-Estrutura Rural - PIER	BIRD	340, de 02.04.02
Município de Belo Horizonte – MG	Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Fundos de Vale e dos Córregos em Leito Natural de BH - DRENURBS	BID	488, de 07.05.02
Município de Juiz de Fora – MG	Projeto de Revitalização Urbana e Recuperação Ambiental do Eixo Paraibuna - Caminho Novo para Juiz de Fora	BID	541, de 21.05.02
Município de Betim – MG	Projeto de Revitalização Urbana e Recuperação Ambiental do Rio Betim	BID	1.159, de 23.10.02
Município de Curitiba – PR	Eixo Metropolitano da Rede Integrada de Transporte de Curitiba	FONPLATA	1.143, de 21.10.02
Município de Curitiba – PR	Programa de Transporte Urbano de Curitiba II	BID	1.458, de 31.12.02
Município de Medianeira – PR	Programa de Ação em Infraestrutura Urbana	FONPLATA	542, de 21.05.02
Município Rio de Janeiro – RJ	Programa Rio Criança Maravilhosa	BIRD	1.373, de 12.12.02
Município de Porto Alegre – RS	Programa Integrado Entrada da Cidade - Humaita/Navegantes	FONPLATA	1.322, de 03.12.02
Município de Florianópolis – SC	Programa de Desenvolvimento da Infra-estrutura Básica e dos Serviços Urbanos de Florianópolis	FONPLATA	1.101, de 15.10.02
Município de São Paulo – SP	Programa de Reabilitação da Área Central da Cidade de São Paulo – PROCENTRO	BID	739, de 08.07.02
Município de São Bernardo do Campo – SP	Programa de Readequação do Sistema Viário	BID	677, de 21.06.02
Município de Guarulhos - SP	Programa de Acesso à Infra-estrutura para Inclusão Sócio-ambiental em Comunidades de baixa Renda no Município de Guarulhos	BID	1.243, de 08.11.02

Fonte: MF/STN/COREM

7.6 – Acompanhamento da Evolução das Despesas de Pessoal dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

O Quadro abaixo apresenta os valores da despesa de pessoal executada pelo Estados, no período de 2002, segundo o conceito fonte tesouro.

DESPESA DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE 2002 (EM R\$)	
ESTADO	VALORES
ACRE	460.177.348,87
ALAGOAS	777.000.713,25
AMAZONAS	1.050.137.049,04
AMAPÁ	429.831.292,53
BAHIA	2.481.278.390,95
CEARÁ	1.664.736.217,03
DISTRITO FEDERAL	3.902.535.349,67
ESPÍRITO SANTO	1.306.930.610,86
GOIÁS	1.873.403.849,20
MARANHÃO	993.397.242,92
MINAS GERAIS	8.077.019.177,67
MATO GROSSO DO SUL	758.902.782,47
MATO GROSSO	991.475.855,54
PARÁ	1.595.698.746,48
PARAÍBA	986.582.417,27
PERNAMBUCO	2.153.251.715,10
PIAUÍ	690.787.459,62
PARANÁ	3.544.819.245,53
RIO DE JANEIRO	5.434.392.254,51
RIO GRANDE DO NORTE	1.005.534.696,16
RONDÔNIA	576.534.953,58
RORAIMA	259.271.295,81
RIO GRANDE DO SUL	4.971.707.928,82
SANTA CATARINA	1.961.467.505,74
SERGIPE	778.731.499,32
SÃO PAULO	20.049.710.244,26
TOCANTINS	455.491.251,32
TOTAL BRASIL	69.230.807.093,52

Fonte:MF/STN/COREM

Para o acompanhamento dos gastos de pessoal dos 180 municípios que renegociaram suas dívidas, foram analisados os dados anuais por eles fornecidos, coletados pela Caixa Econômica Federal em decorrência de convênio firmado com aquela instituição para atendimento ao disposto no art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 02.05.2000.

7.7 – Operacionalização das Atribuições Derivadas da Lei de Responsabilidade Fiscal

Em atendimento ao disposto no art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 04.05.00, o governo vem promovendo a coleta das contas estaduais e municipais relativamente aos exercícios de 2000 e 2001.

Com base nos dados municipais coletados até 30 de abril e dos estaduais, coletados até 30 de maio, efetuou-se a consolidação das contas desses entes, encaminhando-a para agregação às contas da União e posterior publicação no Diário Oficial da União e no *site* do Tesouro Nacional.

Considerando que § 2º do referido artigo veda a realização de transferências voluntárias aos entes que não apresentarem suas contas, promoveu-se, durante o exercício de 2002, rigoroso acompanhamento no recebimento dessas contas de modo a atualizar periodicamente a página da STN na internet e o Cadastro Único de Convênios – CAUC, que é o módulo de consulta, no SIAFI, utilizado pelos gestores das transferências voluntárias da União aos Estados e Municípios.

Com vistas a atualizar os procedimentos de entrega dos dados contábeis pelos entes da federação, promoveu-se a edição da Portaria nº 109, de 08.03.2002, que revogou as de nºs 59 e 113, de 1º de março de 2001 e de 18 de abril de 2001, respectivamente, ambas da Secretaria do Tesouro Nacional.

7.8 – Utilização dos recursos nos termos da Portaria nº 88/2000

Conforme determinação do Art 4º da Portaria nº 88 de 23.3.2000, foram enviadas à Caixa Econômica Federal listagens dos funcionários inclusos no Programa de Demissão Voluntária dos Estados relacionados na tabela abaixo. Foi observado o cumprimento das determinações da Portaria nº 88.

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA

ESTADO	VALOR (R\$)
Alagoas	896.778,17
Goiás	256.399,78
Mato Grosso do Sul	410.036,69
Rio de Janeiro	1.574.685,88
TOTAL	3.137.900,52

Fonte: MF/STN/COREM

7.9 – Consolidação, por Esfera de Governo (Estados e Municípios), dos Valores de Receitas Arrecadadas, Identificando as Espécies de Tributos, Referentes ao Exercício de 2000, Conforme Estabelece o Art. 51 da Lei Complementar nº 101/2000.

Em cumprimento ao artigo 51 da Lei Complementar nº 101/2000, foi publicada a portaria nº 301, de 27 de junho de 2002, divulgando os valores da consolidação nacional, por esfera de governo das contas do exercício de 2001. Nos quadros abaixo estão apresentados os valores consolidados das receitas tributárias arrecadadas nos estados e em 4.371 municípios.

CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS ESTADUAIS DO EXERCÍCIO 2001

ESTADOS	RECEITA TOTAL	RECEITA CORRENTE	RECEITA TRIBUTÁRIA	ICMS	OUTRAS REC. TRIBUTÁRIAS
AC	937.554.157,24	876.362.941,55	147.086.086,02	135.614.959,18	11.471.126,84
AL	1.552.239.321,99	1.504.151.335,38	615.678.901,65	584.523.525,91	31.155.375,74
AM	3.006.144.404,00	2.748.524.941,00	1.689.248.902,00	1.651.685.857,00	37.563.045,00
AP	814.647.372,33	764.926.611,16	126.726.887,84	117.379.589,03	9.347.298,81
BA	8.319.984.619,30	7.755.075.291,36	4.440.337.861,07	4.187.239.902,51	253.097.958,56
CE	4.929.393.000,00	4.556.660.000,00	2.224.544.000,00	2.089.231.000,00	135.313.000,00
DF	6.143.615.736,02	6.080.395.149,86	2.267.362.846,62	1.590.928.117,15	676.434.729,47
ES	3.693.433.306,31	3.581.731.154,51	2.536.304.023,41	2.411.699.128,86	124.604.894,55
GO	4.182.380.314,96	4.047.606.050,08	2.866.392.237,04	2.560.977.447,50	305.414.789,54
MA	2.871.425.446,56	2.766.227.155,27	856.084.393,97	798.496.697,98	57.587.695,99
MG	15.699.216.795,64	14.910.476.200,47	9.856.464.696,89	8.929.614.066,98	926.850.629,91
MS	2.354.088.991,98	2.230.166.974,90	1.288.491.422,50	1.221.644.580,79	66.846.841,71
MT	2.710.381.112,43	2.617.327.699,74	1.438.447.197,99	1.348.742.955,57	89.704.242,42
PA	3.381.995.784,89	3.222.992.766,43	1.361.294.237,56	1.281.217.118,97	80.077.118,59
PB	2.685.292.403,97	2.316.791.261,03	933.844.733,75	899.732.701,53	34.112.032,22
PE	5.800.987.008,84	5.368.220.657,90	2.573.294.134,97	2.365.983.407,61	207.310.727,36
PI	1.547.989.384,00	1.496.351.971,00	515.124.749,00	467.972.606,00	47.152.143,00
PR	8.911.045.246,14	8.488.549.187,25	5.228.242.549,59	4.854.434.612,89	373.807.936,70
RJ	17.791.979.345,40	17.291.824.755,88	10.121.227.180,36	9.239.975.569,28	881.251.611,08
RN	2.275.303.763,53	2.254.488.078,91	978.946.647,48	908.011.175,06	70.935.472,42
RO	1.265.245.989,61	1.233.300.973,15	579.578.397,51	548.914.608,37	30.663.789,14
RR	649.895.517,97	647.695.517,97	124.755.540,85	118.022.834,75	6.732.706,10
RS	10.717.417.635,37	10.214.392.340,26	7.330.708.859,94	6.515.174.957,45	815.533.902,49
SC	5.078.829.617,05	4.968.877.157,61	3.506.007.300,54	3.234.880.129,45	271.127.171,09
SE	1.748.960.850,22	1.653.830.916,08	586.505.384,13	563.435.266,20	23.070.117,93
SP	47.204.488.738,86	46.736.061.961,05	37.263.329.555,69	33.165.922.503,97	4.097.407.051,72
TO	1.499.470.746,22	1.231.650.517,40	380.746.150,18	335.110.260,03	45.635.890,15
TOTAL	167.773.406.610,83	161.564.659.567,20	101.836.774.878,55	92.126.565.580,02	9.710.209.298,53

Fonte: Balanço Geral dos Estados

CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS MUNICIPAIS DO EXERCÍCIO 2001

RECEITAS	ARRECADAÇÃO
Receita Tributária	13.486.519.901,09
Impostos	11.551.489.033,68
Imp.Prop. Pred./Territ. Urbana – IPTU	4.541.529.575,44
Imp.s/ Transm. "InterVivos"- ITBI	994.672.784,36
Imp.s/ Serv. Qualquer Natureza – ISS	6.015.286.673,88
Taxas	1.891.947.954,23
Poder de Polícia	504.651.122,84
Prestação de Serviços	1.387.296.831,39
Contribuição de Melhoria	43.082.913,18

Fonte: Portaria nº 301, de 27 de junho de 2002.

Posteriormente à consolidação realizada em junho, foram coletados dados de mais 113 municípios, representando um universo de 4.884 municípios. Este universo totaliza a receita tributária de R\$ 15.875.227.180,21.

RECEITAS

RECEITAS	ARRECAÇÃO
Receita Tributária	15.875.227.180,21
Impostos	13.606.639.960,20
Imp.Prop. Pred./Territ. Urbana – IPTU	5.523.775.026,44
Imp.s/ Transm. "InterVivos"- ITBI	1.176.605.085,34
Imp.s/ Serv. Qualquer Natureza – ISS	6.906.259.848,42
Taxas	2.208.305.721,65
Poder de Polícia	583.843.666,77
Prestação de Serviços	1.624.462.054,88
Contribuição de Melhoria	60.281.498,36

Fonte: Finanças do Brasil – Receitas e Despesas dos Municípios - 2001